

GRANDES MOMENTOS DO PARLAMENTO BRASILEIRO



GRANDES MOMENTOS DO PARLAMENTO BRASILEIRO

Senado Federal
Mesa Diretora 1997/1998

Presidente

Senador Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo

2º Vice-Presidente

Júnia Marise

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário

Carlos Patrocínio

3º Secretário

Flaviano Melo

4º Secretário

Lucídio Portella

Suplentes de Secretário

Emilia Fernandes

Lúdio Coelho

Joel de Hollanda

Marluce Pinto



SENADO FEDERAL

**GRANDES MOMENTOS DO
PARLAMENTO BRASILEIRO**

VOLUME I

Brasília – 1998

REALIZAÇÃO

Presidência do Senado Federal

Secretaria de Comunicação Social

Colaboraram para a realização deste álbum:

Jornalista Rubem de Azevedo Lima (análise e seleção de trechos), Anais do Senado Federal, Arquivo da Câmara dos Deputados, Arquivo do Senado Federal, Arquivo Fotográfico da Câmara dos Deputados, Biblioteca do Senado Federal, Revista Manchete, Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Taquigrafia da Câmara dos Deputados, Taquigrafia do Senado Federal, Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira, Senador Teotônio Vilela Filho, Márcia Kubitschek, Cesar Maia, Haroldo Costa, Idaline Godinho, Embaixador Afonso Arinos de Melo Franco Filho e Raul Brunini.

Criação e Arte

Núcleo de Criação e Multimídia – COPRES

Composição e Arte Final

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado Federal, 1998

Praça dos Três Poderes

Tel: 311-3000

Fax: 311-1073

CEP: 70100-000

Brasília – DF

Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

Apresentação

Página 9

Afonso Arinos

Repúdio ao atentado da Rua Toneleros (9-8-54)

Defesa de Carlos Lacerda, em sessão
da Câmara dos Deputados (15-5-57)

Página 11

Carlos Lacerda

Autodefesa na Comissão de Constituição e Justiça
da Câmara dos Deputados (7-5-57)

Página 13

Otávio Mangabeira

Despedida da Câmara dos Deputados para assumir
o mandato de Senador (5-12-58)

Página 15

Mário Martins

Renúncia ao mandato de deputado federal
por divergências com a direção da UDN (24-5-61)

Página 17

San Tiago Dantas

Renúncia ao mandato de deputado federal para assumir
a representação do Brasil na ONU (24-8-61)

Página 19

Auro de Moura Andrade

Em sessão do Congresso Nacional, anuncia renúncia de Jânio Quadros. (25-8-61)
Na presidência do Congresso Nacional, declara vaga
a Presidência da República (1-4-64)

Página 21

Gustavo Capanema

Comenta a renúncia de Jânio Quadros e a instituição
do parlamentarismo (1-9-61)

Página 23

João Goulart

Em sessão solene, é empossado como Presidente da República (7-9-61)

Página 25

Vieira de Melo

Pede imediata reforma constitucional, com destaque
para a reforma agrária (12-11-63)

Página 27

Padre Godinho

Presta homenagem póstuma a John Kennedy (26-11-63)

Página 29

Francisco Julião

Responsabiliza a ausência de uma reforma agrária pela
inquietação reinante no País (31-3-64)

Página 31

Movimento de 1964

Página 33

Doutel de Andrade

Fala dos rumores de crise e pede apuração de procedimentos
dos governos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (31-3-64)

Página 35

Adauto Cardoso

Protesta contra os rumores de restrições ao funcionamento
da Câmara dos Deputados (30-3-64)

Página 37

Juscelino Kubitschek

Informa ao Senado ter tomado conhecimento
de sua iminente cassação. (3-6-64)

Página 39

Josaphat Marinho

Promove defesa do Legislativo, em apreciação de proposta de emenda à Constituição (13-1-67)

Página 41

Teotônio Vilela

Quatro dias após a morte de Juscelino Kubitschek, ocupa a tribuna para prestar-lhe homenagem póstuma (26-9-76)

Página 43

Tancredo Neves

Em sessão solene da Câmara dos Deputados, homenageia a memória de Juscelino Kubitschek, vinte dias após a sua morte (14-9-76)

Página 45

Quadro-Resumo

Página 47

Ao longo de sua trajetória na vida institucional do País, o Congresso Nacional tem sido palco de brilhantes pronunciamentos que se caracterizam como marcos memoráveis de nossa história. Senadores e deputados empenharam-se sempre no sentido de trazer a debate temas de inquestionável relevância, o que serviu para projetá-los individualmente e ao próprio Congresso a que pertenceram ou ainda pertencem.

A Mesa do Senado decidiu patrocinar o presente projeto, que se inicia com este álbum, contendo cinco CDs, ao que se seguirão outros volumes, que certamente repercutirão como iniciativa de extraordinária significação nos fastos de nossa vida político-parlamentar.

Na era da valorização da imagem e do som, objetiva-se, através desta iniciativa, perpetuar, na lembrança dos contemporâneos e dos porvindouros, debates selecionados no bojo do acervo de que dispúnhamos no Senado, na Câmara e ainda em arquivos pessoais cedidos a esta empreitada.

Trata-se de patrimônio inestimável pelo conteúdo, mas extremamente reduzido pela carência de gravações, representando o registro de elevados momentos parlamentares nas falas de seus membros.

Consignam-se, portanto, a partir de agora, as atuações geralmente sob contagiante emoção, por vezes manifestadas em vozes embargadas pelo sentimento que envolve o parlamentar quando assoma à tribuna, na defesa de ideais ou posturas que traçam o rumo dos acontecimentos políticos brasileiros.

Na condição de Presidente do Senado e do Congresso Nacional, envidei esforços para que concretizássemos este empreendimento cultural que, tenho certeza, muito enriquecerá nossa memória e a memória do Brasil.

Os discursos, pela variedade dos assuntos neles abordados, haverão de constituir repositório inesgotável de acontecimentos palpantes trazidos a debate em cada época, nas duas Casas do Congresso. Os brasileiros haverão de orgulhar-se daqueles que os representaram no Parlamento Nacional, cumprindo com dignidade e patriotismo o mandato popular que lhes foi outorgado.

Procedeu-se, dentro do possível, a uma seleção de pronunciamentos que valem ser relembrados em defesa da memória política do País, independentemente de conceitos ou ideologias, cabendo a cada um que os ouvir fazer o seu julgamento.



Senador Antônio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal



“Nunca se considerou caso político aquele caso que elementar, inicial, irrevogável e inevitavelmente será transformado pela decisão de um outro poder.”

Repúdio ao atentado da Rua Toneleros – O Deputado Afonso Arinos, líder da Minoria na Câmara, pronuncia discurso em 9 de agosto de 1954, sobre o assassinato do Major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, na Rua Toneleros (Rio), em 5-8-54. Este acompanhava o jornalista Carlos Lacerda, dono da *Tribuna da Imprensa*, alvo dos tiros de indivíduos não identificados. Lacerda movera intensa campanha contra o Presidente, chamando-o de “patriarca do roubo no Brasil”. Afonso Arinos, correligionário de Lacerda, revela que as investigações da Aeronáutica haviam confirmado a participação de elementos da guarda presidencial no crime. Ele propõe que Vargas – cujo governo considera um “estuário de lama” – deixe a Presidência. Nos desdobramentos da crise gerada pelo atentado de Toneleros, Vargas vem a matar-se, quinze dias após o discurso de Arinos.

CD1 – Trilha 2

Defesa de Carlos Lacerda, em sessão da Câmara dos Deputados – Discurso pronunciado em 1957, na sessão plenária da Câmara dos Deputados, de apreciação da cassação do mandato de Carlos Lacerda. Pronunciamento considerado importante para a manutenção do mandato.

CD1 – Trilha 4

Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 27 de novembro de 1905. Filho de Afrânio de Melo Franco, advogado e líder político, e neto de Cesário Alvim, figura destacada no Império e na Primeira República.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1927, e exerceu logo depois o cargo de promotor público na capital mineira. Iniciou a carreira no magistério em 1936, como professor da Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A carreira política de Afonso Arinos começou em 1947, quando assumiu uma vaga de deputado federal, visto ter sido eleito suplente. Seguiram-se mais três mandatos consecutivos, cujo momento mais dramático ocorreu quando sugeriu, em célebre discurso, pronunciado em 9 de agosto de 1954, que o Presidente Vargas renunciasse. Quinze dias depois o presidente suicidou-se no Palácio do Catete.

De 1956 a 1958, participou do bloco de oposição ao Governo Kubitschek. Elegeu-se senador pelo então Distrito Federal em 1958. Foi senador até 1966, mas afastou-se duas vezes do cargo para assumir o Ministério das Relações Exteriores, no Governo Jânio Quadros e no regime parlamentarista.

Afonso Arinos apoiou a Revolução de 1964. E, em 1986, aos 81 anos, elegeu-se senador pelo Partido da Frente Liberal. Ocupou, desde 1958, uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e morreu no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1990.

Foi casado com Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira, com quem teve dois filhos.



“**N**ós somos a força desprezada. Nós somos os que constroem com sacrifício e com risco as vitórias definitivas, as únicas que Polifemo não conhecerá. Nós somos ninguém, porque somos o povo brasileiro.”

Autodefesa na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados – Discurso pronunciado por Carlos Lacerda como peça de defesa na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em 7-5-57. Estava-se tentando processá-lo por ter lido, da tribuna da Câmara, em 27-3-57, telegrama codificado e secreto da embaixada do Brasil em Buenos Aires, sobre inquérito feito pelo Exército argentino, implicando João Goulart, à época vice-presidente da República do Brasil, em entendimentos com o General Juan Perón, Presidente da Argentina. Tratava-se de uma operação com madeiras da qual teriam resultado, supostamente, recursos para a campanha de Getúlio Vargas à eleição, em 1950.

CD1 – Trilha 3

Carlos Frederico Werneck de Lacerda, embora registrado em Vassouras (RJ), nasceu no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1914, filho de Maurício Paiva de Lacerda e Olga Werneck de Lacerda.

Em 1932, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1934, abandonou o curso.

Em fevereiro de 1937, já iniciada a campanha para as eleições presidenciais que seriam reali-

zadas em 1938, Lacerda seguiu para Belo Horizonte em uma caravana de estudantes que, segundo suas palavras, tinha por pretexto fazer propaganda de José Américo contra Armando Sales, mas, na realidade, o que fazia era campanha antiintegralista, e “ligeiramente comunista”.

Em 1939, Carlos Lacerda rompe com os comunistas.

Em 1945, Lacerda filia-se à UDN e apóia a candidatura de Eduardo Gomes contra o General Eurico Gaspar Dutra, candidato do partido governista (PSD) e Iedo Fiúza (PCB).

Dedicou-se então ao jornalismo, com destacada atuação política.

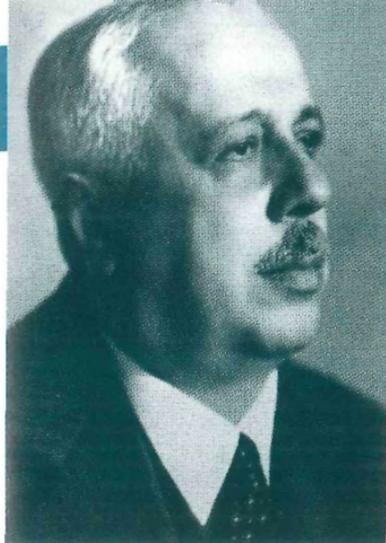
Na madrugada do dia 5 de agosto de 1954, foi vítima de um atentado que se tornou conhecido como o “Atentado de Toneleros”, que resultou na morte do Major-Aviador Rubens Florentino Vaz. Na ocasião responsabilizou o governo pelo ato, abrindo uma crise política profunda e que levou Vargas ao suicídio.

Em 1958, após lhe ter sido vedado pelo governo o acesso ao rádio e à televisão, Lacerda foi reeleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, com larga margem de votos em relação aos demais candidatos.

Em 1960, enquanto Jânio Quadros era eleito Presidente da República, Lacerda elegia-se primeiro Governador da Guanabara, tendo sido empossado a 5 de dezembro de 1960.

Orador vibrante, marcou sua vida política pela liderança que exerceu na campanha que levou Jânio Quadros à renúncia, como também pela atuação no movimento político-militar que deflagrou a Revolução de 31 de Março de 1964.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1977. Foi casado com Letícia Azambuja de Lacerda, com quem teve três filhos.



“Quanto mais lamentável for a situação do País, tanto mais estaremos no dever de não perder a fé no seu destino.”

A handwritten signature in blue ink that reads "Otávio Mangabeira". The signature is written in a cursive style and is underlined with a single horizontal line.

Despede-se da Câmara dos Deputados para assumir o mandato de Senador – Na sessão de 5 de dezembro de 1958, da Câmara dos Deputados, o Deputado Otávio Mangabeira pronuncia discurso de despedida daquela Casa. Em sua fala, registra as dificuldades do momento vivido pelo Brasil, mas manifesta esperança no futuro do País. Lembra que não pretendia candidatar-se à reeleição, por falta de entusiasmo, mas não pudera fugir ao desejo dos baianos de vê-lo no Senado Federal.

CD2 – Trilha 1

Otávio Mangabeira nasceu em Salvador (BA), a 27 de agosto de 1886. Ingressou, em 1900, no curso de engenharia da Escola Politécnica da Bahia. Em 1906 foi nomeado engenheiro da Comissão Fiscal do Porto da Bahia e engenheiro fiscal da companhia canadense Light and Power, concessionária de serviços públicos no Estado.

Iniciou-se na política em 1907, eleito vereador para o Conselho Municipal de Salvador, pelo Partido Republicano da Bahia. Assumiu o mandato em janeiro de 1908.

Em 1909, o PRB adere à campanha civilista do Partido Republicano Paulista (PRP), em favor

da candidatura de Rui Barbosa. Divergindo do partido, Otávio Mangabeira vincula-se ao chefe político baiano José Joaquim Seabra em apoio à chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Brás, aderindo ao Partido Republicano Democrata (PRD). Foi eleito deputado federal, em dezembro de 1911, por essa legenda, dela desligando-se em 1919 e regressando ao PRB, pelo qual se reelege em 1920.

Em 1926, Otávio Mangabeira foi nomeado ministro das Relações Exteriores, tendo sido destituído do cargo no dia seguinte à deposição de Washington Luís, ocorrida em 24 de outubro de 1930. Preso a 7 de novembro, foi exilado na Europa, somente regressando ao Brasil em 10 de agosto de 1934.

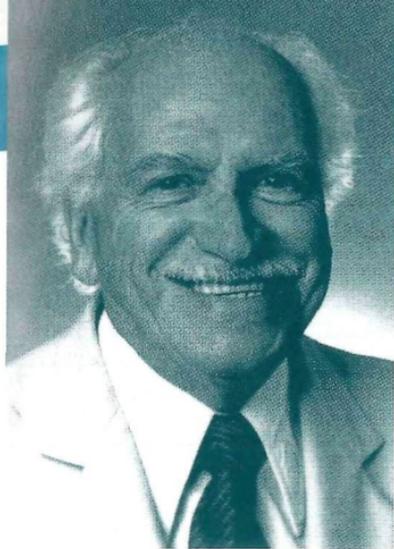
Concorreu e foi eleito deputado federal nas eleições de 1934, assumindo o mandato em maio de 1935. Participou da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, eleito pela UDN, como vice-presidente da Mesa Diretora.

Em 1947, foi eleito governador da Bahia.

Retornou à Câmara dos Deputados, em 1955, como deputado federal pela Bahia.

Em 1958, foi eleito senador pelo mesmo Estado.

Otávio Mangabeira faleceu no Rio de Janeiro, em 1960. Foi casado com Ester Pinto Magabeira, com quem teve dois filhos.



MÁRIO MARTINS

17

Renuncia ao mandato de Deputado Federal por divergências com a direção da UDN – A 24 de maio de 1961, por divergências com o grupo do então Governador Carlos Lacerda, seu correligionário da União Democrática Nacional (UDN), o Deputado Mário Martins renuncia ao mandato, numa demonstração de que não apoiaria um movimento de radicalização contra o Governo Jânio Quadros, e porque considerava-se traído na reunião que escolheria os membros do Diretório Nacional da UDN.

Na ocasião, recebeu apertes de solidariedade dos Deputados Miguel Bahury e Padre Vidigal.

CD2 – Trilha 2

“**N**ão há heroísmo na minha atitude. Diariamente, simples operários, modestos comerciantes se despedem do trabalho para manter uma posição de dignidade... E ai do país em que os homens não tiverem atitudes destas.”

Mário de Sousa Martins nasceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, no dia 22 de maio de 1913, filho de Rosendo de Sousa Martins e de Hormezinda Almeida de Sousa Martins.

Ingressou, em 1930, na Escola de Direito do Rio de Janeiro, onde esteve apenas um ano, abandonando o curso. Durante o seu tempo de estudante universitário teve seu primeiro contato com o jornalismo, a partir de quando se dedicou à profissão.

Iniciou-se na vida pública no pleito de outubro de 1950, elegendo-se vereador no Distrito Federal, pela legenda da UDN.

Empossado vereador em 1951, foi logo escolhido líder da bancada udenista e da oposição ao Governo Vargas na Câmara dos Vereadores.

Em 1958, Mário Martins integrou as chamadas Caravanas da Liberdade, compostas por líderes udenistas, que percorriam o País promovendo comícios com vista a popularizar o partido. Nas eleições de outubro do mesmo ano, conseguiu reeleger-se deputado federal.

Em maio de 1961, renunciou ao mandato de deputado federal por discordar de ações políticas adotadas pela liderança de seu partido. Voltou ao jornalismo.

Em 1966, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro, elegendo-se senador no pleito daquele ano. Empossou-se em fevereiro de 1967.

No início de 1969, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, retornando à vida pública em 1981, após a abertura política de 1979. No pleito de 1982 foi candidato ao Senado pelo PMDB, mas não se elegeu.

Casou-se com Diná Almeida de Sousa Martins, com quem teve 9 filhos. Casou-se pela segunda vez com Jane Rodrigues Rios, com quem teve uma filha. Veio a falecer em 11 de dezembro de 1994.



“Aqueles que urdem o sonho absurdo de tornarem compatível a sobrevivência da liberdade política com a sobrevivência da desigualdade econômica e social, nada mais são do que os covéis, talvez inconscientes, das instituições e princípios por que se batem.”

Renúncia ao mandato de Deputado Federal para assumir a representação do Brasil na ONU – Da tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 24 de agosto de 1961, San Tiago Dantas, em longo discurso, renúncia ao mandato de deputado federal para assumir a representação do Brasil na ONU, por indicação do Presidente Jânio Quadros. Abordando a situação do Brasil no contexto mundial, trata, pela primeira vez, do fenômeno da globalização.

Mas, no dia seguinte, 25 de agosto de 1961, o Presidente Jânio Quadros, renúncia ao mandato de Presidente da República e San Tiago Dantas deixa de ocupar o cargo para o qual fora designado, não lhe sendo possível retomar o mandato parlamentar. Sua renúncia já estava consumada.

CD2 - Trilha 3

Francisco Clementino de San Tiago Dantas, nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de agosto de 1911, filho do Almirante Raul de San Tiago Dantas e de Violeta de Melo de San Tiago Dantas.

Concluiu o curso de direito em fins de 1932 e, apesar da pouca idade, tornou-se professor

catedrático interino de Legislação e de Economia Política na Escola Nacional de Belas-Artes. Mais tarde catedrático da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil.

Em 1949, assumiu a vice-presidência da refinaria de petróleo de Manguinhos, no Rio. Atuou como assessor pessoal de Getúlio Vargas durante os estudos preparatórios do anteprojeto de criação da Petrobrás, encaminhado ao Congresso em outubro de 1951.

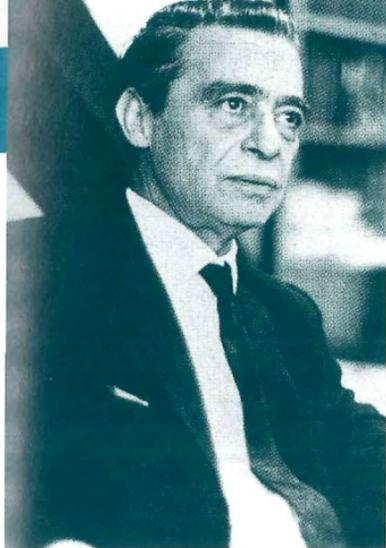
Foi eleito deputado federal pelo Estado de Minas Gerais em outubro de 1958.

Em 22 de agosto de 1961, foi nomeado por Jânio Quadros, embaixador do Brasil na ONU. Entretanto, não chegou a assumir o cargo em virtude da renúncia do presidente, ocorrida três dias depois.

A 7 de setembro de 1961, João Goulart assume a Presidência da República e escolhe San Tiago Dantas para seu ministro de Relações Exteriores. San Tiago foi empossado no dia 11 seguinte. Em 25 de junho de 1962, San Tiago Dantas deixou a chefia do Ministério, desincompatibilizando-se para tentar renovar seu mandato de deputado federal nas eleições previstas para outubro. Foi reeleito.

Após o plebiscito havido em janeiro de 1963, quando foi escolhido, pelo povo brasileiro, o regime presidencialista para o país, o Presidente João Goulart formou um gabinete, empossando San Tiago Dantas na pasta da Fazenda, no dia 24 daquele mês. San Tiago permaneceu no cargo até o dia 20 de junho de 1963, quando renunciou por problemas de saúde, retornando à sua cadeira na Câmara dos Deputados.

San Tiago Dantas foi casado com Edinéia de San Tiago Dantas. Faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1964.



“**H**á necessidade que o Congresso Nacional, como poder civil, tome a atitude que lhe cabe, nos termos da Constituição.... Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República.”

Em sessão do Congresso Nacional, anuncia renúncia de Jânio Quadros –No dia 25 de agosto de 1961, em sessão noturna, o Congresso Nacional se reúne, por convocação de seu Presidente, Senador Auro de Moura Andrade, que comunica a decisão do Chefe do Poder Executivo de renunciar ao mandato presidencial.

Após a comunicação, Auro de Moura Andrade passa a ler a carta-renúncia de Jânio da Silva Quadros.

CD2 – Trilha 4

Na presidência do Congresso Nacional, declara vaga a Presidência da República - Em sessão do Congresso Nacional, convocada para as 2h 40 min, de 2 de abril de 1964, o Senador Auro de Moura Andrade procede à leitura do ofício sobre a ausência de João Goulart da sede do poder, em Brasília. Houve manifestações dos deputados do PTB, Bocaiuva Cunha, no início, e Sérgio Magalhães, após a leitura do ofício.

CD4 – Trilha 4

Auro Soares de Moura Andrade nasceu em Barretos, São Paulo, no dia 19 de setembro de 1915, filho de Antônio Joaquim de Moura Andrade e de Guiomar Soares de Moura Andrade.

Em fins de 1932, concluiu o curso de Psicologia, na Escola Caetano de Campos. Em 1934,

reiniciou os estudos ingressando na primeira turma da Faculdade de Direito, da Universidade de São Paulo.

Em janeiro de 1947, elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte paulista na legenda da União Democrática Nacional (UDN), e, em 1950, a deputado federal, também pela UDN.

Em outubro de 1954, concorreu ao Senado pela legenda do PTN, Partido Trabalhista Nacional. Foi eleito e tomou posse em 1º de fevereiro de 1955.

Em março de 1961, assumiu o posto de Vice-Presidente do Senado Federal, que correspondia de fato à presidência da Casa, exercida formalmente pelo Vice-Presidente da República. Em 25 de agosto daquele ano, recebeu a carta-renúncia do Presidente Jânio Quadros e convocou reunião extraordinária do Congresso, para dar conhecimento da renúncia. Em 7 de setembro, empossou João Goulart na Presidência da República, já sob o sistema parlamentarista, recém-instituído. A presidência do Senado deixou de ser atribuição do Vice-Presidente da República, com as modificações introduzidas pelo novo regime. Meses depois, em 11 de março de 1962, Moura Andrade foi eleito Presidente do Senado Federal, ocupando esse cargo pela segunda vez.

Em outubro de 1962, Moura Andrade reelegeu-se senador por São Paulo. No Senado, foi reeleito Presidente da Casa, sucessivamente, em 1963, 1964, 1965, 1966 e 1967.

Em 12 de agosto de 67, perdeu, através de uma reforma do regimento comum do Congresso Nacional, a sua presidência, que passou a ser exercida pelo Vice-Presidente da República, à época, Pedro Aleixo.

Em junho de 1968, assumiu o posto de embaixador do Brasil na Espanha, tendo permanecido no cargo até 29 de outubro de 1969, quando retornou e reassumiu o mandato de senador da República.

Encerrado seu mandato em 31 de janeiro de 1971, retirou-se da vida pública, dedicando-se a atividades empresariais. Em 1980 foi nomeado pelo Governador Paulo Maluf presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Faleceu em São Paulo no dia 30 de maio de 1982.

Foi casado com Beatriz Estela Prado de Andrade, com quem teve três filhos.



“O crime de responsabilidade nunca esgota a responsabilidade do Presidente da República. Sempre que o Presidente da República é condenado por um crime de responsabilidade, está aberta a porta para que responda perante os tribunais do País pelos crimes que tiver cometido.”

Gustavo Capanema

Comenta renúncia de Jânio Quadros e instituição do parlamentarismo – Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 1º de setembro de 1961, em meio à crise causada pela reação dos Ministros Sílvio Heck (Marinha), Odílio Denis (Exército) e Grunn Moss (Aeronáutica), à posse do Vice-Presidente João Goulart, na Presidência da República, devido à renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. O Congresso aceitou substituir o presidencialismo pelo parlamentarismo, com a concordância dos ministros militares, perdendo o Presidente da República a chefia do governo e assumindo a do Estado. Um dos oradores da sessão em que se consumou a mudança do sistema de governo foi o ex-ministro e ex-líder de Getúlio Vargas na Câmara, Deputado Gustavo Capanema. Ele se declarou presidencialista desde os tempos de estudante de Direito e relembrou fábula sobre presidencialismo e parlamentarismo. Confessou-se, porém, desencantado com o presidencialismo devido ao suicídio de Vargas, e concordou com a mudança proposta, a seu ver, debatida em ocasião inoportuna, para assegurar a posse de Goulart na Presidência.

CD3 – Trilha 1

Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG) no dia 10 de agosto de 1900, filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e Marcelina Júlia de Freitas Capanema.

Bacharelou-se em dezembro de 1924, pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Ingressou na vida pública em 1927, vereador à Câmara Municipal de Pitangui.

Em 7 de setembro de 1930, já na fase final dos preparativos revolucionários, Olegário Maciel assumiu o governo de Minas, empossando Gustavo Capanema no cargo de oficial-de-gabinete. Em 26 de novembro, nomeia Gustavo Capanema para Secretário de Interior e Justiça.

Com a morte de Olegário Maciel, em 5 de setembro de 1933, Capanema assumiu interinamente o cargo de interventor federal em Minas Gerais, postulando de imediato sua efetivação, o que não ocorreu. Getúlio Vargas nomeou Benedito Valadares para o cargo.

Em 26 de julho de 1934, dez dias após a eleição de Vargas para a Presidência da República pela Constituinte, Gustavo Capanema foi nomeado para a Pasta da Educação e Saúde Pública, onde permaneceu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945.

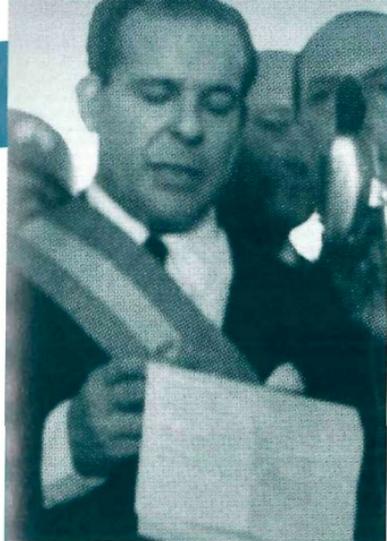
A 2 de dezembro do mesmo ano, Capanema foi eleito deputado por Minas Gerais à Assembléia Constituinte na legenda do PSD.

Em outubro de 1950, Capanema reelege-se deputado federal pelo mesmo partido. Foi reconduzido pelas urnas mineiras à Câmara dos Deputados em 1954, 1958 e em 1962, sempre na legenda do PSD. Durante este último mandato, em 1959, foi nomeado pelo Presidente Kubitschek, ministro do Tribunal de Contas da União, tendo retornado à Câmara em 1961.

Em 1966, Capanema ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo, tornando-se membro da Comissão Executiva Nacional, sendo reeleito para a Câmara em novembro.

Em novembro de 1970, elegeu-se senador por Minas Gerais, encerrando sua carreira política em janeiro de 1979, ao término do seu mandato. Foi casado com Maria de Alencastro Massot, com quem teve dois filhos.

Gustavo Capanema faleceu em 10 de março de 1985, no Rio de Janeiro.



Em sessão solene, é empossado como Presidente da República o Vice-Presidente João Goulart – A 7 de setembro de 1961, o Vice-Presidente João Goulart presta compromisso perante o Congresso Nacional, em sessão solene.

Na oportunidade, o Presidente do Congresso, Senador Auro de Moura Andrade, se pronuncia admitindo ter mentido sobre os ministros militares, por considerar ter sido este um dever cívico para a manutenção da unidade das Forças Armadas antes da posse.

CD3 – Trilha 2

“**A** minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional.”

João Goulart

João Belchior Marques Goulart nasce em São Borja (RS) no dia 1º de março de 1919. Ainda criança recebe o apelido de Jango.

Bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre, em 1939.

No final de 1945, torna-se amigo de Getúlio Vargas, que o estimula a ingressar na vida pública, o que acontece em 1947, com sua eleição para deputado estadual do Rio Grande do Sul, pelo PTB.

Em 1950, elege-se deputado federal e coordena a vitoriosa campanha de Getúlio Vargas para a

Presidência da República. Em 1953, é nomeado ministro do Trabalho, mas deixa o cargo um ano depois, devido às reações à sua proposta de dobrar o valor do salário-mínimo.

Elege-se Vice-Presidente da República em 1955, pela coligação PSD-PTB, na chapa de Juscelino Kubitschek. Nas eleições presidenciais de 1960, concorre novamente ao cargo de Vice-Presidente da República, na chapa do Marechal Lott e vence o candidato a vice da chapa de Jânio Quadros, o udenista Milton Campos.

Em agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, Jango enfrenta forte oposição a seu nome, só conseguindo assumir a Presidência da República depois da aprovação de emenda constitucional que institui o parlamentarismo, restringindo os poderes do presidente.

Em janeiro de 1963, através de plebiscito, a maioria esmagadora da população opta pelo retorno do presidencialismo, devolvendo ao presidente todos os seus poderes constitucionais.

Um golpe militar, iniciado no dia 31 de março de 1964, depõe o Presidente. Jango parte para o exílio, no Uruguai. Morre em Mercedes, na Argentina, no dia 6 de dezembro de 1976.



“A propriedade requer do indivíduo uma utilização conforme o bem-estar social. Então, é desta regra que nasce a desapropriação por interesse social.”

Vieira de Melo

Pede imediata reforma constitucional com destaque para a reforma agrária – Em 12 de novembro de 1963, o Deputado Vieira de Melo ocupa a tribuna da Câmara dos Deputados para falar sobre a necessidade de se proceder a uma reforma constitucional voltada para o problema de distribuição de terras no país, e pede uma efetiva e imediata reforma agrária.

CD3 - Trilha 3

Tarcílio Vieira de Melo nasceu em Barreiras, na Bahia, no dia 24 de dezembro de 1913, filho de Antônio Joaquim Vieira de Melo e de Joaquina d’Alencar Vieira de Melo.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais, em 1936, pela Faculdade de Direito da Bahia.

Começou a vida política em 1943, ao ser designado diretor do Departamento das Municipalidades da Bahia, no Governo do General Renato Onofre. Com o fim do Estado Novo, sendo designado interventor da Bahia João Vicente Bulcão, em novembro de 1945, Vieira de Melo veio a ocupar o cargo de secretário da interventoria junto à Secretaria de Interior e Justiça.

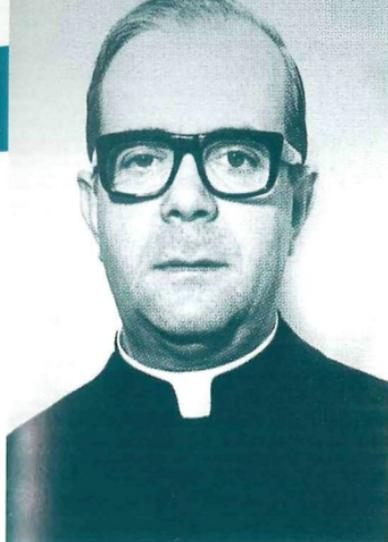
Nas eleições de dezembro de 1945, elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte, pelo PSD baiano. Depois da promulgação da nova Constituição, em 18-9-1946, passou a exercer mandato legislativo ordinário, tendo sido reeleito deputado federal em outubro de 1950, mas não iniciou esse novo mandato em virtude de sua nomeação, em 27 de janeiro de 1951, para a Secretaria de Educação e Saúde do Governo Otávio Mangabeira na Bahia (1947-1951).

Em outubro de 1954, elegeu-se mais uma vez deputado federal na legenda pessedista baiana. Volta a se eleger à Câmara Federal em outubro de 1962, cumprindo mandato no período legislativo de 1963 a 1967. Encerrado esse mandato parlamentar, passou a se dedicar à advocacia, sobretudo na área do direito internacional.

Preparava-se, em 1970, para tentar se eleger deputado federal pela Bahia, na legenda emedebista, quando, em 22 de abril, veio a falecer, no Rio de Janeiro, vítima de atropelamento.

Foi casado com Dina Faria Vieira de Melo, com quem teve dois filhos.

PADRE GODINHO



Presta homenagem póstuma a John Kennedy – Em 26 de novembro de 1963, o Deputado Padre Godinho pede a palavra, em sessão da Câmara dos Deputados, para registrar nos Anais o sentimento de consternação que assolara o mundo com o assassinato do Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, ocorrido em Dallas–Texas, no dia 22.

Em seu discurso desenvolve mote latino, que se traduz por “fizeram-se as trevas”.

CD3 – Trilha 4

“**E**nquanto houver homens como eles, [Abraham Lincoln e John Kennedy] a liberdade não perecerá sobre a face da terra, pois ela não pede apenas líderes, exige também os mártires.”

Antônio de Oliveira Godinho nasceu em 23 de janeiro de 1920, em Carmo da Cachoeira, Minas Gerais, filho de José Godinho Chagas e Albertina de Oliveira Godinho.

Sacerdote e professor universitário, doutor em Filosofia, Teologia e Direito, pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Iniciou sua vida pública em São Paulo, como deputado estadual, exercendo seu mandato de 1959 a 1963, pela legenda da União Democrática Nacional (UDN). Consecutivamente, foi eleito

deputado federal para dois mandatos, 1963 a 1967, e 1967 a 1971, numa coligação da UDN com o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Rural Trabalhista (PRT).

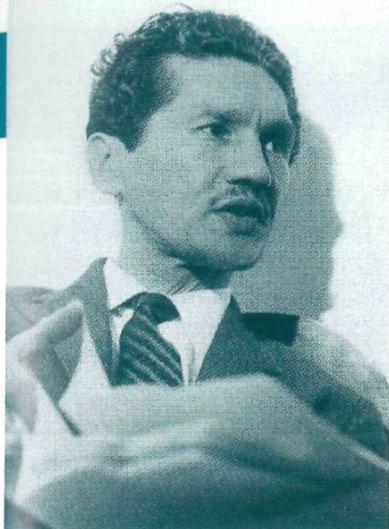
Como deputado federal destacou-se pela eloquência e erudição na oratória. Desempenhou várias missões, valendo ressaltar dentre elas destacando-se a missão de Observador Parlamentar à 45ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1964.

No dia 7 de fevereiro de 1969, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Para sobreviver, traduziu para o português, sob diversos pseudônimos, obras da literatura italiana, entre elas de Pier Paolo Pasolini e Alberto Moravia. Já havia traduzido, em 1962, do latim, a Encíclica Mater e Magistra.

Recuperando seus direitos políticos em 1979, após a extinção do bipartidarismo, em 29 de novembro daquele ano, e conseqüente formulação partidária, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Padre Godinho foi autor do livro de memórias *Todas as Montanhas são Azuis*, reminiscências de infância e juventude, até os dias difíceis da Segunda Guerra, que passou na Roma ocupada pelos alemães. Publicou também *Catolicismo, comunismo e outros assuntos* (1947). Foi diretor do Museu de Arte Sacra de São Paulo.

Padre Godinho veio a falecer em São Paulo, em 17 de outubro de 1992.



“Que falem os acadêmicos.... lá fora o povo clama, desperta e se politiza. Vai desconhecendo a existência de um Congresso que tem estado alheio às soluções mais profundas exigidas pelo povo.”

Responsabiliza a ausência de uma reforma agrária pela inquietação reinante no País – Deputado criador das ligas camponesas, diz que o fator responsável pela inquietação do País é a reforma agrária.

CD4 – Trilha 1

Francisco Julião Arruda de Paula nasceu no engenho de Boa Esperança, no município de Bom Jardim (PE), em 16 de fevereiro de 1915, onde seus pais, Adauto Barbosa de Paula e Maria Lídia Arruda de Paula eram integrantes de tradicionais famílias de proprietários de terras e engenhos.

Bacharelou-se em 1939, pela Faculdade de Direito de Recife e veio a publicar seu primeiro livro, intitulado *Cachaça*, em 1951.

Filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1954, tornou-se o primeiro parlamentar eleito por essa legenda no Estado de Pernambuco, ao conquistar uma cadeira na Assembléia Legislativa. Foi reeleito em 1958, com votação expressiva.

Em 7 de outubro de 1962, foi eleito deputado federal por Pernambuco pela coligação PSB-PST.

Em 31 de março de 1964, quando da Revolução, Julião estava em Brasília participando das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados. Aí permaneceu até 7 de abril, junto com um grupo de parlamentares, protestando contra a deposição de João Goulart.

A 9 de abril foi editado o Ato Institucional nº 1 e, no dia seguinte, foi divulgada a primeira lista de cassações de direitos políticos. Julião foi um dos atingidos. Procurado pela polícia, passou a viver numa pequena casa a alguns quilômetros de Brasília, aguardando uma oportunidade para fugir.

No dia 3 de junho o local foi invadido, Julião foi conduzido ao Batalhão de Guardas em Brasília, onde permaneceu 20 dias, sendo transferido para o IV Exército, em Recife, e, em setembro seguinte, para um alojamento do Corpo de Bombeiros na mesma capital.

A 27 de setembro, foi libertado graças a um *habeas corpus*. Recebeu um prazo de 24 horas para deixar Pernambuco, sob pena de ser novamente detido. Partiu então para o Rio de Janeiro e deixou o país em 28 de dezembro de 1965.

Francisco Julião retornou ao Brasil garantido pela anistia concedida pelo Presidente João Figueiredo. Desembarcou no Rio em 26 de outubro de 1979 e em Recife em 7 de novembro.

Julião teve quatro filhos com sua primeira esposa, Alexina Arruda de Paula, e uma filha com Regina de Castro, com quem contraiu segundas núpcias.

A crise de 1964 teve aspectos marcantes: a campanha do Governo Goulart pelas reformas de base, a eclosão do levante de sargentos e praças da Marinha de Guerra, no Rio, e um grande comício pró-reformas, na Central do Brasil. Paralelamente, desenvolviam-se articulações político-militares em Minas, no Rio, São Paulo e outros estados, contra o governo Goulart, acusado de subversivo e de ligação com o comunismo. Tais acontecimentos repercutiam intensamente no Congresso. Da fase final da crise, foram selecionados íntegras ou trechos de discursos ali feitos, entre 30 de março e 3 de abril de 1964, nas várias sessões do momento, marcado por desafios, incertezas, falsas ilusões e esperanças ou desesperanças. O último ato da crise - o término da sessão do Congresso, em que o Senador Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República, às 2h40min da madrugada do dia 2 - foi dos mais agitados. Nos dias seguintes, haveria comemorações e protestos, em torno do desfecho desse episódio.

Na sessão em que o Presidente do Congresso Nacional Auro de Moura Andrade deu conhecimento aos Deputados e Senadores de ofício do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Ministro Darcy Ribeiro, que comunicou a viagem do Presidente João Goulart para o Rio Grande do Sul, foram levantadas questões de ordem pelo Deputado Sérgio Magalhães, do Partido Trabalhista Brasileiro.



DOUTEL DE ANDRADE



“As sentenças da História podem tardar, mas são inexoráveis.... E dia virá em que o império da lei e a vontade do povo hão de prevalecer.”

Fala dos rumores da crise e pede apuração de procedimentos dos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro – Em sessão vespertina da Câmara dos Deputados de 30 de março de 1964, o Deputado Doutel de Andrade, como líder do PTB, partido governista, faz considerações sobre a crise, oportunidade em que recebeu apartes do Deputado Aliomar Baleeiro, membro da UDN, partido de oposição a Goulart.

Na sessão de 31 de março, o Deputado Doutel de Andrade acompanha os protestos de Adauto Cardoso e pede a apuração de procedimentos dos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, quando houve novos esclarecimentos do presidente da Casa.

Em resposta ao Deputado Dnar Mendes, da UDN, que pedira a transferência do Congresso Nacional para Minas Gerais, durante a crise, volta a falar o Líder Doutel de Andrade, refutando a necessidade de tal medida. (trecho)

Ainda, em novo discurso, o Deputado Doutel de Andrade fala dos rumores sobre a crise, abordando o que chamou de “euforia momentânea” e “sentenças da história”. Pouco depois, em outro pronunciamento, Doutel desmente adesões dos militares ao movimento militar contra Goulart.

Na madrugada de 31-3 para 1-4-64, Doutel de Andrade ainda insiste na falsidade das informações sobre a crise militar. Foi apartado pelo

Deputado Arnaldo Cerdeira, do bloco parlamentar de oposição a Goulart, concluindo o orador que a “democracia estava salva no País”.

CD4 – Trilha 2

Armando Marcílio Doutel de Andrade nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 17 de novembro de 1920, filho de Armando Augusto Doutel de Andrade e de Cândida Margarida Fernandes Doutel de Andrade. Bacharelou-se pela Faculdade Fluminense de Direito. Ainda universitário, ingressou no jornalismo, primeiro como auxiliar de revisão, passando depois a repórter e redator. Aproximou-se das lideranças trabalhistas quando cobria, para *O Jornal*, a campanha presidencial de Getúlio Vargas, PTB, eleito Presidente da República no pleito de outubro de 1950.

Com a posse de Vargas, foi convidado para trabalhar com Goulart na organização e ampliação das bases do PTB. Em maio de 1952 foi escolhido primeiro-secretário do partido e, com a nomeação de Goulart para a pasta do Trabalho, em junho de 1953, passou a integrar seu gabinete, assumindo também a direção-geral da Rádio Mauá, emissora pertencente àquele ministério.

No pleito de outubro de 1958, elegeu-se deputado federal por Santa Catarina. Teve atuação destacada na Câmara durante a crise de 25 de agosto de 1961. Foi reeleito no pleito de outubro de 1962, como o segundo deputado mais votado de Santa Catarina, eleito vice-governador.

Com a instituição do bipartidarismo, filiou-se ao MDB, partido de oposição ao governo. E, a 12 de outubro de 1966, com o Congresso em recesso, juntamente com outros cinco deputados federais, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, por força do Ato Institucional nº 2. Lançou, então, a candidatura de sua esposa, Lígia Moelmann Doutel de Andrade, que se elegeu, no pleito de novembro de 1966, mas que também seria cassada por força do Ato Institucional nº 5, de 13-12-68.

Em janeiro de 1983, Doutel assumiu a presidência nacional do PDT em substituição a Leonel Brizola, que deixou o cargo por ter sido eleito governador do Rio de Janeiro.

Armando Marcílio Doutel de Andrade faleceu em 7 de janeiro de 1991, no Rio Janeiro.



“**N**unca como hoje foi tão necessário que tivéssemos (os parlamentares) lucidez, prudência, coragem e bom senso para cumprir com os nossos deveres.”

Protesta contra os rumores de restrições ao funcionamento da Câmara dos Deputados – Líder da Minoria, o Deputado Adauto Lúcio Cardoso protesta contra os rumores de restrições ao funcionamento da Câmara, em Brasília, com esclarecimentos do Presidente da sessão, Deputado Afonso Celso.

CD4 - Trilha2

Justifica a sessão extraordinária, convocada para votar a anistia aos militares que se haviam sublevado em Brasília, em 12 de setembro de 1966.

Adauto Lúcio Cardoso nasceu em Curvelo (MG), em 24 de dezembro de 1904, filho de Joaquim Lúcio Cardoso e Maria Venceslina Cardoso.

Em 1927, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais, tendo se especializado em Direito Marítimo. Foi nomeado consultor jurídico do Lóide Brasileiro no porto do Rio de Janeiro e, posteriormente, promotor adjunto do Distrito Federal e diretor da Carteira de Seguros do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). Mais tarde, foi nomeado consultor jurídico do Ministério da Viação.

Elegeu-se vereador do Distrito Federal em 1947, pela legenda da UDN, mas no mesmo ano renunciou ao mandato em protesto contra a decisão do Senado Federal de restringir os poderes da Câmara.

Sabendo que não teria chance de vitória, mas com intenção de impugnar a candidatura ao Senado pelo Distrito Federal, do então governador de São Paulo, Ademar de Barros, Adauto Lúcio Cardoso se candidatou ao mesmo posto. O objetivo foi alcançado, a candidatura de Ademar foi impugnada pelo TRE, com posterior confirmação do TSE.

Nas eleições parlamentares de 1954, Adauto Cardoso elegeu-se deputado federal pelo Distrito Federal, sempre na legenda da UDN. Foi reeleito em 1958 e 1962, e participou ativamente do movimento que depôs o Presidente João Goulart, em março de 1964.

Em março de 1966, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados.

Filiou-se à Arena em 1966.

A 6 de janeiro de 1967, foi indicado pelo Presidente Castelo Branco para compor o Supremo Tribunal Federal e, em 1971, requereu a aposentadoria em protesto contra a decisão daquele tribunal de não acolher a representação de decretação de inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 1.077, do Presidente Garrastazu Médici, que instituiu a censura prévia a livros e periódicos.

Foi membro do conselho seccional e do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de julho de 1974.

Foi casado com Helena Paladini Cardoso, com quem teve três filhos.

JUSCELINO KUBITSCHKEK



Informa ao Senado ter tomado conhecimento de sua iminente cassação – Ciente de que teria o mandato senatorial cassado e que perderia os direitos políticos por dez anos, nos termos do Ato Institucional nº 1 baixado pelo movimento militar de março/abril de 1964 – cuja vigência se extinguiria no meio do mês – o Senador Juscelino Kubitschek, então já lançado candidato à eleição presidencial de 1965, antecipou-se ao anúncio da cassação que se daria dia 10, e, da tribuna do Senado, em 3 de junho de 1964, pronunciou um discurso de denúncia.

CD4 – Trilha 3

“**N**ão nos julguem apenas por um ato, é o que peço a todos os que nos contemplam de fora, neste momento em que me elevam uns poucos acima de mim mesmo pela discriminação do ódio e pela cegueira criminosa.”

Juscelino Kubitschek de Oliveira

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina, no Estado de Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902.

Formou-se pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, em 1927. Ingressou na política em 1933, assumindo a chefia do Gabinete Civil do governo de Minas Gerais, durante a gestão do Interventor Federal Benedito Valadares.

Em 1934, elegeu-se deputado federal, exercendo o mandato até 1937, quando o Congresso é fechado. Em 1940, Benedito Valadares o nomeia para o cargo de prefeito de Belo Horizonte.

Em 1946, ingressa no Partido Social Democrático (PSD), pelo qual se reelege para a Câmara Federal. Exerce o mandato até 1950, quando se elege governador de Minas Gerais.

Em 1955, chega à Presidência da República, pela coligação PSD-PTB, obtendo 36% dos votos, fato que leva a oposição a tentar impugnar o resultado do pleito, alegando que a maioria absoluta não fora alcançada. A posse do Presidente da República e de seu vice, João Goulart, é assegurada pelo Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

Concluído seu governo, elege-se senador por Goiás, mas, com o golpe militar de 1964, tem seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos.

Em 1967, une-se a Carlos Lacerda e João Goulart na articulação da Frente Ampla, de oposição ao regime militar.

Juscelino vem a falecer em um 1976, em um acidente na Via Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, no dia 22 de agosto de 1976. Foi casado com Sarah Kubitschek, com quem teve duas filhas.



“**S**rs. Congressistas, esta Constituição é elaborada, assim, sob o signo da transitoriedade. Por nossa sorte, nasce por igual, sob o signo da revisão.”

Em apreciação de proposta de emenda à Constituição, promove defesa do Legislativo – A menos de dois meses do término do seu mandato presidencial, o Marechal Castelo Branco envia ao Congresso, em fim de legislatura, um projeto de Constituição para o País, incorporando dispositivos dos atos institucionais baixados pelo movimento militar de 1964. Em seu discurso, o Senador Josaphat Marinho considera a proposta “colorida pelo autoritarismo e centralizadora”, contrária aos princípios federativos. O Presidente da República passava a ser eleito indiretamente e seria, a seu ver, “o grande titular do Poder Legislativo”, mediante a edição de decretos a serem apreciados pelo Congresso em prazos curtos.

CD4 – Trilha 4

Josaphat Ramos Marinho nasceu em Areia, hoje Ubaíra (BA), no dia 28 de outubro de 1915, filho de Sinfrônio de Sales Marinho e de Adelaide Ramos Marinho.

Ingressou, em 1934, na Faculdade de Direito da Bahia, bacharelando-se por essa faculdade.

Ocupou interinamente, em 1942, o cargo de consultor jurídico do Departamento de Serviço Público da Bahia, passando, em seguida, a dedicar-se ao magistério.

Findo o Estado Novo (1937-1945), foi eleito, em janeiro de 1947, deputado à Assembléia Constituinte da Bahia na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Deixou a Assembléia em 1951, a ela retornando eleito em outubro de 1954, pela legenda do Partido Liberal (PL).

Após a posse de Juraci Magalhães no governo da Bahia, em 1959, Josaphat Marinho foi nomeado, em abril, secretário do Interior e Justiça do Estado. Ocupou o cargo até 1960, porque foi designado secretário da Fazenda. Exerceu essa função até março de 1961, quando foi nomeado pelo Presidente Jânio Quadros para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Com a renúncia do presidente, em 25-8-61, pediu demissão do cargo, que não foi aceita imediatamente. Permaneceu na presidência do CNP até dezembro de 1961. Retornou, então, à Bahia, assumindo novamente a Secretaria da Fazenda até dezembro de 1962.

No pleito de outubro de 1962, elegeu-se para o Senado Federal pela Bahia. Concluído seu mandato em 1971, Josaphat afastou-se da vida pública, voltando a se dedicar à advocacia e ao magistério superior como professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília (UnB).

Em dezembro de 1979, no contexto da reformulação partidária posterior à extinção do bipartidarismo (29-11-79), assinalou, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que, após oito anos de afastamento, voltava à vida pública para “dar uma contribuição ao processo de formação dos novos partidos”.

Josaphat Marinho tornou-se membro do Instituto dos Advogados da Bahia, do Instituto Baiano de Direito do Trabalho e da Academia Baiana de Letras. Exerce seu segundo mandato de senador da República (1990-98) durante o qual foi relator-geral do novo Código Civil brasileiro, aprovado no Senado depois de 22 anos de tramitação no Congresso Nacional.

Josaphat Marinho é casado com Iraci Ramos Marinho, com quem tem dois filhos.



“O comportamento popular não é um mistério, é uma indicação social.”

Teotônio Vilela

Quatro dias após a morte de Juscelino Kubitschek, ocupa a tribuna para prestar-lhe homenagem póstuma – A 26 de agosto de 1976, Teotônio Vilela assume a tribuna e, com apertes dos Senadores Paulo Guerra e Franco Montoro, manifesta o pranto do Brasil pelo desaparecimento de JK.

CD5 – Trilha 1

Teotônio Brandão Vilela nasceu em Viçosa (AL), no dia 28 de maio de 1917, filho do proprietário agrícola Elias Brandão Vilela e de Isabel Brandão Vilela. Frequentou as faculdades de Engenharia e de Direito, respectivamente em Recife e Rio de Janeiro. Chegou também a prestar exames na Escola Militar do Realengo, mas jamais concluiu nenhum curso universitário.

Foi um dos organizadores da UDN em seu Estado. Elegeu-se deputado estadual em 1954. Em 1960 foi eleito vice-governador de Alagoas, na chapa do General Luís Cavalcanti (1961-1966).

Teotônio Vilela apoiou o movimento de 31 de março de 1964 e, quando se formaram os dois novos partidos, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional, partido situacionista.

Vitorioso no pleito de 15 de novembro de 1966 para o Senado, tomou posse em fevereiro de 1967. Em seu primeiro discurso criticou o novo regime, já então no período governamental do General Artur da Costa e Silva.

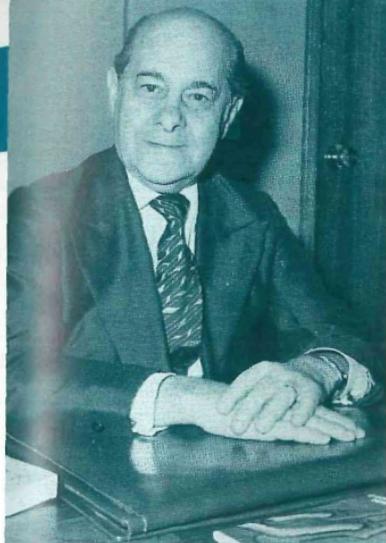
Em 1974, com a posse do Presidente Ernesto Geisel, que trazia para o Governo o projeto liberalizante de uma distensão “lenta, gradual e segura”, o Senador Teotônio inicia campanha pública pela redemocratização do País.

Em maio de 1978, aderiu à Frente Nacional pela Redemocratização, movimento que agrupava, além do MDB, setores militares descontentes e políticos dissidentes da Arena em torno da candidatura do General Euler Bentes Monteiro e Paulo Brossard, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da República do Brasil.

Com a posse do Presidente João Figueiredo, iniciada a chamada “abertura política”, a 25 de abril de 1979, Teotônio Vilela, anunciando que “estava chegando onde sempre esteve”, deixou a Arena e ingressou no MDB.

Devido a grave doença contraída em meados de 1982, Teotônio desligou-se da vida parlamentar. Assumiu a vice-presidência do PMDB, continuando sua pregação em defesa da democracia. Permaneceu ativo até às vésperas de falecer, em Maceió, em 27 de novembro de 1983.

Foi casado com Helena Quintela Brandão Vilela, com quem teve sete filhos.



“O exílio é o preço que os grandes homens pagam para conseguir um lugar no coração da História.... o toque que faltava para compor a imagem histórica de Juscelino Kubitschek”.

Tancredo Neves

Em sessão solene da Câmara dos Deputados, homenageia a memória de Juscelino Kubitschek, vinte dias depois de sua morte – Em sessão solene, no dia 24 de setembro de 1976, o Deputado Tancredo Neves incorpora-se aos oradores no elogio fúnebre do ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. O ex-presidente morrera em acidente na rodovia Rio-São Paulo, em 22 de agosto.

CD5 – Trilha 2

Tancredo de Almeida Neves nasceu em São João Del-Rei, em Minas Gerais, em 4 de março de 1910.

Em 1932, formou-se em Direito em Belo Horizonte. Foi advogado e promotor de justiça em sua cidade natal, onde, em 1935, iniciou a vida política, como vereador e presidente da Câmara Municipal. A seguir, foi deputado estadual pelo Partido Social Democrático, no período 1947-1950, e deputado federal em cinco legislaturas, 1951-1955 e 1963 a 1978.

No período de 1958 a 1960, foi secretário de Fazenda de Minas Gerais. Durante o período parlamentarista, no Governo de João Goulart, foi primeiro-ministro.

Tancredo Neves foi senador da República no período compreendido entre 1979 e 1982. Foi governador de Minas Gerais no período 1983-1984 e eleito Presidente da República, em 1985. Sua carreira política ganhou evidência a partir de 1953, quando o Presidente Getúlio Vargas o fez Ministro da Justiça (1953-1954).

Como primeiro-ministro, em 1961-1962, soube atenuar as tensões políticas que traziam a permanente ameaça de golpe militar. Com o presidencialismo, renunciou com todo o Ministério e candidatou-se à Câmara dos Deputados.

Durante o regime militar, atuou no movimento nacional pela redemocratização. Em 1965, com a reforma partidária, integrou-se no Movimento Democrático Brasileiro. Com a extinção do bipartidarismo, foi fundador, em 1979, do Partido Popular, mais tarde, em vista da proibição das coligações partidárias, absorvido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, pelo qual Tancredo Neves foi eleito Vice-Presidente. Eleito, em 1973, governador de Minas Gerais, tornou-se nome de consenso das correntes de oposição ao regime.

Tancredo Neves teve seu nome lançado para concorrer no colégio eleitoral, onde, a 15 de janeiro de 1985, derrotou o candidato do Partido Democrático Social, Paulo Maluf. Em 14 de março de 1985, véspera de sua posse, foi submetido a uma cirurgia de urgência, em Brasília, mas seu quadro clínico complicou-se, devido a infecção hospitalar. Transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo, veio a falecer no dia 21 de abril de 1985.

Foi casado com Risoleta Guimarães Tolentino Neves, com quem teve três filhos.

QUADRO RESUMO

CD	TRILHA			
CD-1	1	Antonio Carlos Magalhães - Apresentação	15/02/98	0:01:09
	2	Afonso Arinos - Repúdio ao atentado da Rua Toneleros	09/05/54	0:32:53
	3	Carlos Lacerda - Autodefesa na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados	07/05/57	0:25:46
	4	Afonso Arinos - Defesa de Carlos Lacerda em sessão da Câmara dos Deputados	15/05/57	0:07:59
CD-2	1	Octávio Mangabeira - Despedida da Câmara dos Deputados para assumir o mandato de Senador	05/12/58	0:22:49
	2	Mário Martins - Renúncia ao mandato de Deputado Federal por divergências partidárias	24/05/61	0:11:28
	3	San Tiago Dantas - Renúncia ao mandato de Deputado Federal para assumir a representação do Brasil na ONU	24/08/61	0:21:12
	4	Auro de Moura Andrade - Em Sessão do Congresso Nacional, anuncia renúncia de Jânio Quadros	25/08/61	0:12:41
CD-3	1	Gustavo Capanema - Comenta renúncia de Jânio Quadros e instituição do parlamentarismo	1º/09/61	0:16:28
	2	João Goulart - Em sessão solene, é empossado como Presidente da República	07/09/61	0:24:11
	3	Vieira de Melo - Pede imediata reforma constitucional com destaque para a reforma agrária	12/11/63	0:10:14
	4	Padre Godinho - Presta homenagem póstuma a John Kennedy	26/11/63	0:10:02

QUADRO RESUMO

CD	TRILHA			
CD-4	1	Francisco Julião - Responsabiliza a ausência de uma reforma agrária pela inquietação reinante no País	31/03/64	0:07:06
	2	Doutel de Andrade - Fala dos rumores da crise e pede apuração de procedimentos dos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro	31/03/64	0:08:17
	3	Adalto Cardoso - Protesta contra os rumores de restrições ao funcionamento da Câmara dos Deputados	30/03/64	0:06:48
	4	Auro de Moura Andrade - Na Presidência do Congresso Nacional, declara vaga a Presidência da República	1º/04/64	0:12:57
	5	Juscelino Kubitschek - Informa ao Senado ter tomado conhecimento de sua iminente cassação	03/06/64	0:12:05
	6	Josaphat Marinho - Em apreciação de proposta de emenda à Constituição, promove defesa do Legislativo	13/01/67	0:16:45
CD-5	1	Teotônio Vilela - Quatro dias após a morte de Juscelino Kubitschek, ocupa a tribuna para prestar-lhe homenagem póstuma	26/08/76	0:35:15
	2	Tancredo Neves - Em sessão solene na Câmara dos Deputados, homenageia a memória de Juscelino Kubitschek, vinte dias depois de sua morte	24/09/76	0:34:42